



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 2014

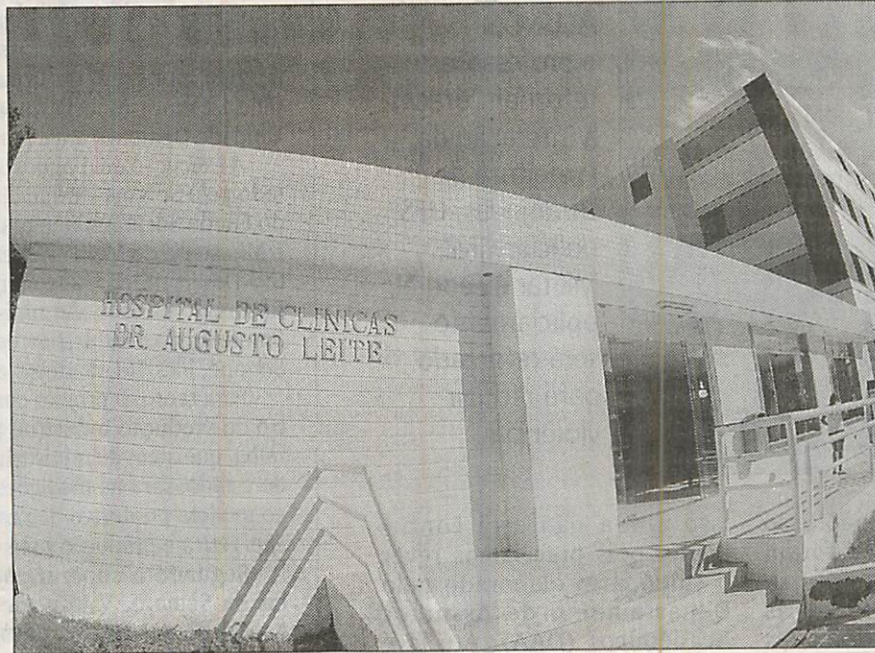
Diante do impasse Cirurgia e SMS, paciente sofre com dores

Vítima de acidente tenta suicídio por não suportar a espera pela operação

Andréa Vaz
DA EQUIPE JC

O problema que envolve o Hospital Cirurgia e a Prefeitura de Aracaju está insustentável. Ontem a dor de um paciente – vítima de acidente – que está internado no terceiro andar daquela unidade de saúde desde o início do mês aguardando cirurgia era tanta que ele não aguentou e teria tentado tirar a própria vida. A direção do hospital não quis falar com o JORNAL DA CIDADE. O presidente em exercício da instituição, o médico Wagner Andrade, além de não autorizar a entrada da equipe de reportagem do JC, disse, por meio da assessoria de comunicação do Cirurgia, que só irá se pronunciar depois da audiência marcada para a próxima terça-feira, 28, no Ministério Público Estadual.

André Moreira



HOSPITAL
Cirurgia e Secretaria Municipal da Saúde estão com audiência marcada no MP para buscar solução; paciente aguarda cirurgia desde início do mês de julho

A equipe de reportagem do JC conseguiu falar com um funcionário do Cirurgia, que terá a identidade preservada para não sofrer retaliações. Ele confirmou a existência do paciente internado no terceiro andar da unidade para fazer uma cirurgia, disse que ele é da cidade de Glória e está com a esposa no hospital aguardando o procedimento, mas vê como um surto de alguém que tem "apenas um braço quebrado que precisa ser operado".

Há quase 30 anos trabalhando naquela instituição de saúde, ele denuncia: "Tem muita coisa errada aqui. Nesses anos todos de trabalho nesse hospital eu nunca vi uma crise como a de agora. O Hospital Cirurgia está todo parado e sem previsão de retorno das atividades. Tem muita coisa errada e muitos pacientes sofrendo, precisando de cirurgia e atendimento, mas sem contar com eles".

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) também foi procurada pela reportagem do JC.

Questionada sobre a situação dos pacientes que estão necessitando de procedimento cirúrgico e atendimento médico no Hospital Cirurgia e o que a pasta pretende fazer para amenizar a dor de quem depende daquela instituição de saúde, a assessoria de comunicação disse que se tratava de um problema interno da unidade hospitalar.

Indagada ainda sobre o possível adiantamento de parte do recurso do Ministério Saúde destinado ao Cirurgia para que o mesmo retornasse às atividades e o contrato definitivo que ficou de ser redigido pela responsável pela elaboração do documento, Wilda Pereira, que, inclusive, se comprometeu perante o MPE a apresentar ainda hoje ao secretário e à direção do Cirurgia, a assessoria da SMS ficou de se reunir com o secretário Alvimar Rodrigues e dar um retorno ainda na manhã de ontem, porém, até 13h, as questões não foram respondidas ao JORNAL DA CIDADE.

O fato é que quase 700 cirurgias consideradas eletivas

já deixaram de ser feitas nestes 17 dias de paralisação das atividades no Hospital Cirurgia, que realiza 40 operações diariamente. Na próxima terça-feira, 28, às 9h, uma nova audiência será realizada no Ministério Público Estadual (MPE) com o presidente em exercício da instituição, o médico Wagner Andrade, e o promotor da Saúde, Fábio Viegas.

Na última audiência ocorrida segunda-feira, 21, o departamento jurídico do Hospital Cirurgia informou ao MPE que foi elaborada uma minuta de contrato há cerca de 15 dias à Secretaria Municipal da Saúde com as cláusulas de renovação do contrato com o hospital. Acontece que a direção do Cirurgia teria se deparado com um contrato em moldes diversos ao que teria sido acordado verbalmente e proposto na respectiva minuta. Os pontos de divergência referem-se à tabela de pagamento dos serviços denominados prefixados e a colocação de determinados procedimentos prefixados no rol dos pós-fixados.

De acordo com a direção do Cirurgia, há uma nova regra no Ministério da Saúde que muda o calendário de pagamento, que conduziria o ingresso financeiro com 70 dias da prestação do serviço, pondo em risco o funcionamento do hospital, que nesse interim precisa remunerar os fornecedores e profissionais de saúde individualmente ou por meio de cooperativas. A pretensão do Hospital Cirurgia limita-se exclusivamente a adequar a minuta feita pela Secretaria Municipal da Saúde aos mencionados instrumentos normativos.

Do ponto de vista técnico, a responsável pela elaboração do contrato, Wilda Pereira, representando o município de Aracaju, disse que concorda com as pretensões feitas pelo Hospital Cirurgia registradas na ata da audiência realizada na última segunda-feira, mas ressaltou ao promotor de Justiça Fábio Viegas que a assinatura do contrato passa necessariamente por uma decisão do chefe da pasta.